



## MULHERES AVÁ-GUARANI NA UNIVERSIDADE: PERCURSOS DE RESISTÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Avá-Guarani women at the university: pathways of resistance in higher education

**Gilza Ferreira de Souza Felipe Pereira\***

 <https://orcid.org/0000-0001-8595-1558>

**Wagner Roberto do Amaral\*\***

 <https://orcid.org/0000-0002-8555-5915>

### RESUMO

Este trabalho é resultado da parceria entre as sínteses conclusivas do mestrado de uma pesquisadora Kaingang em coautoria com um pesquisador não indígena. Reflete parte da narrativa da autora enquanto mulher, mãe e pesquisadora, dialogando com vivências das mulheres Avá-Guarani acadêmicas e egressas da educação superior, no processo de resistência política e no espaço da universidade. Associando intimamente a questão indígena à questão social no Brasil, analisamos a emergência e a expansão do movimento indígena, principalmente da participação das mulheres indígenas como expressão da luta histórica de resistência dos povos indígenas no país. Evidenciamos também a emergência recente da política estadual de educação superior indígena no Paraná, bem como os desafios da permanência na universidade e a importância da ocupação deste espaço como lugar de resistência e de luta política. A pesquisa constituiu-se de revisão bibliográfica, de levantamento documental e de pesquisa de campo. A partir de incursões nos tekohás na região Oeste do Paraná por meio de observações, diálogos e entrevistas, ouvindo e sentindo as narrativas das sujeitas da pesquisa, destacamos que as mulheres Ava-Guarani destes territórios passam a ocupar diferentes espaços transformando-os em territórios de luta, dentre eles as organizações indígenas, a escola indígena e as universidades. Nestes espaços, pautam políticas específicas, afirmando-se, cada vez mais, mulheres lideranças na busca por melhores condições de vida para suas famílias, comunidades e, sobretudo, para seu povo.

---

\* Assistente Social. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL, Londrina, Brasil). E-mail: [gilza\\_10@hotmail.com](mailto:gilza_10@hotmail.com)

\*\* Assistente Social. Doutor em Educação. Pós-Doutor em Estudos Interculturais pela Universidad Veracruzana (UV, Veracruz, México). Pós-Doutor em Políticas de Educação Superior para Povos Indígenas na América Latina pela Universidad Nacional Trés de Febrero (UNTREF, Buenos Aires, Argentina). Professor do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL, Londrina, Brasil). E-mail: [wramaral2011@hotmail.com](mailto:wramaral2011@hotmail.com)

DOI 10.22422/temporalis.2022v22n43p239-256



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2022 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença

**PALAVRAS-CHAVE**

Mulheres indígenas. Movimento indígena. Educação superior indígena. Acadêmicas indígenas.

**ABSTRACT**

This work is the result of a master's research accomplished by a Kaingang researcher in co-authorship with a non-indigenous researcher. It reflects part of the author's journey as a woman, mother and researcher, dialoguing with the experiences of academic Avá-Guarani women and graduates of higher education, in the process of political resistance and in the university space. The research is also intimately associated with the indigenous issue with the social issue in Brazil. We analyze the emergence and expansion of the indigenous movement, especially the participation of indigenous women as an expression of the historical struggle of indigenous peoples' resistance in the country. We also highlighted the recent emergence of the state policy of indigenous higher education in Paraná, as well as the challenges of permanence in the university and the importance of occupying this space as a place of resistance and political struggle. The research consisted of a bibliographic review, documental survey and field research. From incursions into the tekohás in the western region of Paraná through observations, dialogues and interviews, listening and feeling the narratives of the research subjects, we emphasize that the Avá-Guarani women of these territories, start to occupy different spaces transforming them into territories of struggle, including indigenous organizations, indigenous schools and universities. In these spaces, they guide specific policies, affirming themselves, affirming them, more and more women-leaders in the search for better living conditions for their families, communities and, above all, for their people.

**KEYWORDS**

Indigenous women. Indigenous movement. Indigenous higher education. Indigenous academics.

**Introdução**

**E**ste texto foi elaborado de forma conjunta entre dois pesquisadores, sendo uma indígena e um não indígena, evidenciando a confluência dos percursos da autora indígena com as trajetórias das mulheres Avá-Guarani, também acadêmicas e egressas da educação superior.

Contempla na sua introdução, a narrativa da autora indígena e segue com o diálogo analítico dos dois autores, a partir das partes seguintes do texto. Sob forma de uma licença acadêmica por meio deste texto, tal narrativa toma como ponto de partida o olhar da autora indígena deste trabalho enquanto mulher Kaingang, apresentando uma breve contextualização do seu percurso na universidade até alcançar a pós-graduação. Inspirado pelas narrativas indígenas, seu percurso será apresentado em primeira pessoa do singular e se faz fundamental, dada a coerência de seu pertencimento indígena, compreendê-lo na dimensão coletiva e comunitária que caracteriza seu povo.

Pertenço ao povo Kaingang sendo mãe de três meninas e graduada em Serviço Social. O meu percurso escolar também começa na terra indígena e depois na escola localizada na cidade. Ao concluir o ensino médio, ingressei na universidade por meio da política estadual de educação superior indígena do Paraná que, desde 2002, garante aos povos indígenas residentes no território paranaense o direito de ingressar numa Instituição de Estadual de Educação Superior (IEES), por meio de vagas suplementares. Essa experiência se destaca como pioneira no país (LUCIANO; AMARAL, 2021) e por meio desta política, ingressei na universidade em 2006, optando pelo curso de Direito.

Depois do ingresso na universidade, me deparei com diversas dificuldades no curso de Direito e depois de dois anos pedi transferência interna para o curso de Serviço Social. Ao decorrer dos anos fui aprendendo, sempre que possível, a me colocar enquanto uma estudante Kaingang.

Contando com o reconhecimento e o respeito dos colegas de sala, professores vinculados à Comissão Universidade para os Índios (CUIA)<sup>1</sup> comprometidos com a questão indígena, e com uma filha nos braços, consegui me graduar em Serviço Social no início de 2016. Foi no meu encontro com o Serviço Social que passei a compreender, com mais profundidade, a questão indígena articulada à questão étnico-racial, associando-as enquanto expressão da questão social brasileira (AMARAL; BILAR, 2020).

Passei a entender que as desumanidades, etnocídios e atrocidades cometidas pelo modo de produção capitalista em seu processo de expansão e consolidação impactaram povos indígenas inteiros e em diferentes regiões do país a partir da imposição de empreendimentos como hidrelétricas, ferrovias, rodovias, linha de transmissão de energia, dentre outros (SILVA, 2018). Luta intensa dos povos indígenas em suas organizações e, portanto, originários desse território, resistindo para não serem transformados em mercadoria pela exploração da força de trabalho indígena.

O ingresso na pós-graduação **stricto sensu**<sup>2</sup> me possibilitou estudar sobre as realidades dos povos indígenas através dos seus processos de resistência. Abordei como tema central da minha pesquisa a questão das mulheres Avá-Guarani no Oeste do Paraná associada à educação superior indígena enquanto espaço de resistência política de seu grupo étnico. Desse modo, nos diferentes espaços de luta, minha narrativa enquanto mulher e pesquisadora indígena passa a se confundir com as narrativas de muitas outras mulheres indígenas, sobretudo neste trabalho, ao alcançar os relatos de resistência das mulheres Avá-Guarani.

Assim como no meu percurso, os jovens Guarani, como outros jovens indígenas no Brasil, passam a frequentar os espaços de escolarização básica, por vezes na própria aldeia, por vezes em escolas não indígenas nas cidades, nem sempre conectadas com os aspectos culturais do seu povo. É a partir do ingresso na educação superior que os jovens Avá-Guarani passam a acessar, com mais intensidade, as formas de produção de conhecimento

---

<sup>1</sup> A CUIA é constituída por representantes de cada uma das IEES envolvidas nesta política. Sendo uma comissão estadual, possui como tarefas o acompanhamento pedagógico dos acadêmicos nos cursos de graduação, a coordenação dos vestibulares indígenas, a gestão do auxílio permanência e desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e de extensão envolvendo os estudantes indígenas (AMARAL, 2019a).

<sup>2</sup> Tal ingresso esteve vinculado ao projeto de pesquisa intitulado “Conflitos e resistências para a conquista e demarcação de Terras Indígenas no Oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani”, desenvolvido conjuntamente pela Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual do Centro-Oeste e Universidade de São Paulo - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” USP/ESALQ, no período de 2017 a 2019, contando como financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ver mais em Amaral e Ichikawa (2019).

dos não indígenas, sendo recente esse processo enquanto política educacional. Desse modo, ao longo da pesquisa de mestrado, tive algumas dificuldades em encontrar livros, artigos, textos em geral, com autoria indígena. Durante décadas, nós, indígenas que, comumente, fomos e ainda somos os “objetos” de pesquisa, agora, aos poucos, estamos nos tornando as/os pesquisadoras/es-sujeitos/as da nossa própria história. É notável a presença cada vez maior do ingresso de indígenas na educação superior, tornando-se uma realidade e uma referência para nossas famílias, nossas comunidades, nossos povos e, principalmente, para a sociedade brasileira.

Tendo em vista as inspirações que apresentei para o meu envolvimento e para a produção da pesquisa de mestrado, em conjunto com o meu orientador, coautor deste texto, propus e desenvolvi uma investigação de natureza qualitativa, pretendendo um aprofundamento maior da realidade indígena no Brasil. Tal pesquisa intencionou conhecer essa realidade numa perspectiva de totalidade, analisá-la e interpretá-la com base em fundamentação teórica consistente, acompanhada do diálogo fundamental com as/os sujeitas/os indígenas (PEREIRA, 2021).

Dentre os muitos diálogos e indagações compartilhadas com companheiras e companheiros indígenas também universitários<sup>3</sup>, assim como nas orientações de mestrado, defini como problema de pesquisa a seguinte questão: qual participação das mulheres Avá-Guarani acadêmicas e egressas da educação superior no processo de resistência política do seu grupo étnico? Como objetivo geral definimos por analisar a participação das mulheres Avá-Guarani acadêmicas e egressas da educação superior no processo de resistência política desse grupo étnico.

A pesquisa de mestrado contou com o diálogo constante entre os dois autores deste texto, sendo constituída por três momentos inter-relacionados: a revisão bibliográfica, o levantamento documental e a pesquisa de campo. Foram realizadas entrevistas com cinco mulheres Avá-Guarani pertencentes aos tekohás, os territórios guarani da região oeste do Paraná, sendo transcritas e analisadas a partir da técnica de análise de conteúdo.

Agrega-se a essa tarefa um aspecto metodológico e também político que consideramos importante por se tratar de uma mulher e pesquisadora indígena, essencialmente sujeita desse processo, em diálogo com outras mulheres indígenas, implicando num envolvimento intenso de superação da nossa condição histórica até então enquanto “objetos” de pesquisas. Neste trabalho e nesta experiência de investigação pretendemos contribuir para o reconhecimento do nosso protagonismo como sujeitas efetivas desse processo de produção de conhecimentos (PEREIRA; AMARAL, 2019).

---

<sup>3</sup> Destaco a importância do Grupo de Trabalho Independente Povos Indígenas e Serviço Social, sendo este um espaço criado no início de 2021 e que reúne estudantes, profissionais e pesquisadoras/es indígenas e não indígenas desta área, criando possibilidades de estudo, debates e diálogos.

## A participação das mulheres no movimento indígena no contexto contemporâneo

O tema da pesquisa, inspirado na relação entre as mulheres Avá-Guarani na região Oeste do Paraná e a educação superior indígena, se apresenta enquanto a primeira pesquisa de mestrado desenvolvida por uma pesquisadora indígena no programa de pós-graduação em Serviço Social na universidade a qual estamos vinculados. A autoria indígena deste texto, neste momento por uma estudante de doutorado, evidencia esse protagonismo que reflete a fundamental e recente presença e atuação investigadora de novas sujeitas e sujeitos indígenas que vêm progressivamente ocupando o espaço acadêmico em diversas universidades no País, inaugurando novas formas de olhar, sentir e pensar as suas realidades.

Tais sujeitos passam a produzir academicamente tendo como ponto de partida suas próprias vivências, relatando suas realidades por meio do próprio jeito de ser e de viver, de educar, de se comunicar, de organizar, de acreditar em forças superiores, no poder da natureza, na forma de relacionar, de amar, de lutar, e de pensar o mundo. Reflexões que buscam articular as cosmologias e especificidades étnico-comunitárias indígenas com os aportes teóricos necessários para situar e debater sobre as históricas relações de exploração e opressão capitalistas que, associadas ao julgo do colonialismo, insistem em apagar, assimilar e subjugar as resistências dos povos indígenas no Brasil e na América Latina.

Desse modo, nas últimas duas décadas, emerge a constituição de novos sujeitos indígenas no cenário nacional e internacional sendo acadêmicos, pesquisadores e profissionais indígenas vinculados ou egressos da educação superior no país. Esses sujeitos podem provocar mudanças significativas nos diversos espaços em que passem a atuar, possibilitando ainda mais o protagonismo e a participação indígena não somente na execução das políticas públicas, mas, sobretudo, na elaboração e também na sua gestão (AMARAL; RODRIGUES; BILAR, 2014).

Observamos que a sistematização das experiências de vida das pesquisadoras e pesquisadores indígenas em suas dimensões étnica, profissional e de militância passam a confundir-se e associar-se às interpretações e às análises das leituras de referenciais teóricos realizadas sobre os elementos históricos da trajetória do movimento indígena no Brasil.

Atualmente, o maior espaço de articulação dos povos indígenas no Brasil é o Acampamento Terra Livre (ATL), principalmente nesse contexto político, marcado pela ausência de investimentos do setor público para subsidiar as pautas indígenas, além da postura genocida e do ofensivo desrespeito do governo federal. Tal postura genocida está associada à intensa ofensiva do neoliberalismo que, por sua vez, visa o desmonte cada vez maior dos direitos sociais. No entanto, os povos indígenas de todo o País estão cada mais comprometidos em defender seus territórios, suas culturas, suas crenças e suas histórias por meio da nossa resistência. Como movimento social, os povos indígenas se fortalecem, se organizam e se mobilizam frente aos retrocessos e ataques constantes do governo federal diante dos ataques aos direitos conquistados (LUCIANO, 2006).

Nesse sentido, as mulheres indígenas também compõem o movimento indígena e estão em movimento e na luta. Segundo Verdum (2008), desde o fim da década de 1980, as mulheres indígenas têm participado de modo cada vez mais consistente nas agendas de mobilização indígena, nacionais e internacionais. Evidencia ainda que as mulheres indígenas têm conseguido se inserir dentro do movimento indígena e nos espaços de debate e decisões, principalmente em pautas voltadas às políticas públicas para o enfrentamento da violência familiar e interétnica, de acesso às tecnologias e financiamentos para geração de renda dentro das comunidades indígenas, da saúde, da educação, da segurança alimentar indígena e da participação nas decisões do governo.

Importa ressaltar que, de acordo com Pinto (2010), para o protagonismo de muitas das mulheres indígenas no meio político destaca-se a influência do feminismo como ideologia e pela temática de gênero na perspectiva da igualdade e equidade na diferença. Segundo a autora, as mulheres indígenas têm enriquecido as agendas políticas latino-americanas e do mundo todo, trazendo a necessidade de “construir uma política de solidariedade que parta do estabelecimento de alianças que reconhecem e respeitem a diversidade de interesses das mulheres” (PINTO, 2010, p. 4).

Matos (2012) destaca que as mulheres indígenas têm formulado demandas específicas ao gênero feminino como cuidados com a saúde reprodutiva e criação dos filhos, combate à violência contra mulheres, assim como também reivindicam maior participação feminina nos espaços públicos indígenas e indigenistas, maiores oportunidades, dentre outras. Ainda segundo a autora, atualmente, as mulheres indígenas lutam para conquistar maior participação direta no gerenciamento de projetos indígenas comunitários, principalmente os de desenvolvimento sustentável e de revitalização cultural articulada à geração de renda.

A partir disso, observamos que a participação das mulheres indígenas proporcionou diversos contatos e alianças, por meio da circulação nestes ambientes de debates e encontros políticos do movimento indígena, fundamentalmente, a vivência e a troca de experiências entre os diversos povos indígenas presentes nestes espaços, ampliando as perspectivas sociais e políticas de participação, tanto na aldeia como no campo do indigenismo.

Segundo Tukano (2018), as mulheres indígenas que estão em nossas aldeias como mães, cozinheiras, parteiras, rezadeiras são muito importantes como qualquer outra mulher que esteja na luta em outros espaços, como na universidade, nos partidos políticos, nas associações, dentre outros; protagonizam e fortalecem o movimento das mulheres indígenas como mulheres de luta e como lideranças. Diante dessas características, a autora observa que as mulheres indígenas:

são fundamentais para a luta de seus povos, não importa os espaços que elas ocupam nas comunidades. Elas são reconhecidas como mulheres kunhangue py’a guasu (corajosas), mulheres de luta pelas suas terras, pelo bem-estar das comunidades e pelo fortalecimento de suas identidades. As diferentes etnias

brasileiras estão nessas lutas, de modo geral. Além de se verem divididas entre tantos afazeres e responsabilidades, elas enfrentam o desafio da invisibilidade e buscam forças em outras mulheres indígenas e não indígenas. (TUKANO, 2018, p. 3).

Na última década observamos a emergência e a constituição de diversas organizações de mulheres indígenas no País, demarcando novos espaços nos movimentos sociais indígenas, no parlamento<sup>4</sup> e nos espaços de gestão das políticas públicas. Dentre as organizações nacionais, destacamos, como exemplo, a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), que passa a ser uma referência de articulação e mobilização no Brasil. Destacamos um trecho do documento “Manifesto das primeiras brasileiras, as originárias da terra: a mãe do Brasil é indígena” e que evidencia de forma enfática essa organização:

Nós, Mulheres Indígenas, estamos em muitas lutas em âmbito nacional e internacional. Somos sementes plantadas através de nossos cantos por justiça social, por demarcação de território, pela floresta em pé, pela saúde, pela educação, para conter as mudanças climáticas e pela “Cura da Terra”. Nossas vozes já romperam silêncios imputados a nós desde a invasão do nosso território. [...] Somos muitas, somos múltiplas, somos mil-lheres, cacicas, parteiras, benzedeiros, pajés, agricultoras, professoras, advogadas, enfermeiras e médicas nas múltiplas ciências do Território e da universidade. Somos antropólogas, deputadas e psicólogas. Somos muitas transitando do chão da aldeia para o chão do mundo. (ANMIGA, 2022).

Como se percebe evidenciado, a universidade também passa a ser um dos caminhos percorridos na luta indígena, sobretudo, pelas mulheres indígenas, tornando-se cada vez mais comum sua presença nesses espaços associada aos movimentos sociais indígenas.

Cumpramos destacar a importante influência que a universidade pode exercer para o despertar de uma consciência crítica, tendo ainda o potencial de ampliar os horizontes e fortalecer as estratégias de luta dos povos indígenas, sendo as mulheres indígenas protagonistas neste processo. Esta presença está profundamente associada à reflexão de Luciano (2006, p. 67) ao afirmar que “a resistência que fora por muito tempo travado com o uso de armas, começou a se dar na arena política. Os índios costumam dizer: da luta pelas armas à luta pelo papel e caneta”.

### **Educação superior indígena: o ingresso e permanência de mulheres indígenas nas universidades estaduais paranaenses**

Refletir sobre o ingresso e permanência de indígenas na universidade e, principalmente, de mulheres indígenas alcançando esse nível da educação brasileira, tem sido fundamental como instrumento de luta e resistência.

---

<sup>4</sup> Importante destacar a eleição e atuação de Joênia Batista de Carvalho, pertencente ao povo Wapichana, como Deputada Federal. Joênia Wapichana pode ser reconhecida pelo seu percurso como mulher indígena militante e liderança, mas também como a primeira advogada indígena no Brasil a atuar pelo direito dos povos indígenas.

Destacamos que o Paraná foi pioneiro no País em implantar uma política estadual de educação superior indígena de acesso a cursos e universidades convencionais (LUCIANO; AMARAL, 2021). A Lei Estadual n. 13.134, no ano de 2001, estabeleceu que cada universidade instituída ou criada pelo Estado deverá reservar anualmente três vagas para serem disputadas exclusivamente entre os indígenas integrantes das comunidades indígenas paranaenses. A referida lei foi alterada pela Lei n. 14.955, no ano de 2006, ampliando as vagas de três para seis, anualmente, em cada uma das sete universidades estaduais paranaenses. A primeira edição do Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná<sup>5</sup> se realizou em fevereiro de 2002, inaugurando o ingresso de estudantes indígenas de todo o estado nas universidades estaduais e, a partir de 2005, também na Universidade Federal do Paraná.

Os relatos de indígenas ingressantes e egressos das universidades sinalizam que este espaço possibilitou vivenciar outros conhecimentos e relações tanto sociais, acadêmicas como culturais, seja de autorreconhecimento como indígenas ou mesmo de ocultação dessa condição, considerando as profundas situações de racismo estrutural ainda existentes na educação superior. Luciano e Amaral (2021) destacam que muitas são as dificuldades e desafios de permanência de estudantes indígenas na universidade, seja por questões associadas à insuficiência dos valores do auxílio permanência ao longo desse período para custear as necessidades dos estudantes, principalmente para os que precisam residir na cidade, seja pelas ausentes e/ou inadequadas estratégias de acompanhamento pedagógico pelas distintas IES, seja pelas inúmeras fragilidades de escolarização básica destes acadêmicos.

Segundo Relatório da Comissão Universidades para Índios (CUIA, 2019), no ano de 2020, as IEES do Paraná contavam com 221 estudantes indígenas matriculados em sete universidades estaduais, sendo 105 homens e 116 mulheres, indicando que esse grupo se apresenta majoritário no espaço acadêmico. Importante a considerar que a maioria das mulheres indígenas matriculadas é mãe. Do universo de estudantes, 62% são pertencentes à etnia Kaingang, 36,2% são pertencentes à etnia Guarani e 1,8% pertencentes a outras etnias e/ou não informaram. Do total, 52% estão matriculados em cursos de licenciatura em educação.

Um outro dado importante é com relação aos graduados, sendo um marco histórico para os povos indígenas do Paraná. Segundo Relatório da CUIA (2019), até o ano de 2021 totalizavam 101 indígenas formados em seis IEES do Paraná sendo que deste universo 65,3% são mulheres e 34,7% homens. A maioria das egressas é constituída por mulheres Kaingang que, ao todo, representam 40,6%<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Caracteriza-se pela primeira e mais longa experiência interinstitucional de processo seletivo diferenciado e específico para povos indígenas na educação superior pública em cursos convencionais no país (LUCIANO; AMARAL, 2021), estando, atualmente em sua 21ª edição.

<sup>6</sup> Dados sistematizados por meio do Relatório da CUIA (2019) e dos registros do Projeto de Pesquisa “Os circuitos de trabalho indígena na educação e as trajetórias dos profissionais indígenas”, desenvolvido pela Universidade Estadual de Londrina.

Do universo de indígenas egressos das IEES do Paraná, 63% encontram-se vinculados à área da Educação, sendo o curso de Pedagogia o que apresenta maior número de formados, com 44 profissionais no total (CUIA, 2019). Segundo Amaral e Luciano (2021), a significativa escolha por cursos na área da educação está associada à possibilidade de contratação nas escolas estaduais indígenas do Paraná, havendo um número elevado de vagas disponíveis e ainda ocupado por profissionais não indígenas.

Esta realidade também se apresenta com a presença de pesquisadores indígenas do Paraná em programas de pós-graduação dentro e fora do estado. Segundo dados sistematizados, no Paraná, até o ano de 2021, dos 15 indígenas que alcançaram ingresso no mestrado, dez são mulheres, havendo, contudo, apenas uma doutoranda indígena matriculada (no universo de quatro doutorandos indígenas). Tal presença e percurso na pós-graduação revela a necessidade de cotas neste nível formativo sendo algo que se impõe para todas as universidades no país, para impedir a exclusão étnica e racial e propiciar o diálogo intercultural e intercientífico.

Tais percursos sinalizam, de fato, a emergência de novos sujeitos no cenário das lutas e protagonismo dos povos indígenas na condição como “universitários indígenas”, “profissionais indígenas” e “pesquisadores indígenas”. Segundo Amaral (2010), são novos sujeitos marcados pelo seu duplo pertencimento acadêmico e étnico-comunitário, estabelecendo relações e mediações entre esses dois mundos, com o desafio de manterem seu vínculo orgânico com a luta histórica dos povos indígenas no Brasil.

Ao analisarem os percursos dos profissionais indígenas egressos das universidades estaduais do Paraná e a constituição dos circuitos de trabalho indígena, Amaral, Rodrigues e Bilar (2014, p. 143) evidenciam que:

Importa revelar a emergência de um novo tipo de profissional que se reconhece indígena e que pode vir a assumir e/ou afirmar sua condição enquanto intelectual orgânico de sua comunidade e de seu grupo étnico, compreendendo-se e reconhecendo-se em espaços contraditórios que não foram formatados para atender os interesses dos povos indígenas, mas que podem ser por eles ocupados e recriados.

Esta nova realidade é reflexo das mudanças ocorridas após a criação de políticas sociais públicas voltadas aos povos indígenas, principalmente desde o ano de 2003. Destaca-se, neste processo, a instituição de políticas afirmativas, sendo uma reparação social diante da dívida histórica do Brasil para com as populações indígenas e negras, viabilizando seu ingresso e permanência em diferentes cursos de graduação e de pós-graduação no País.

É urgente a necessidade da elaboração de legislações específicas que tratem exclusivamente da questão indígena, sobretudo, no campo da educação, sendo fundamental para a formação de novos educadores e profissionais indígenas. Referimos, dessa forma, à emergência de um novo conceito que passamos a denominar como política

afirmativa dos povos indígenas, destacando-se das demais ações afirmativas comumente associadas às lutas do movimento social negro no Brasil (AMARAL, 2019c).

Tais ações, experiências e iniciativas na educação superior implicam diretamente na (re)construção da história brasileira que passa a ser contada não aos olhos daqueles que impuseram os processos coloniais, mas, sim, pelos próprios indígenas em aliança com pessoas e organizações não indígenas, sendo os primeiros protagonistas diretos e verdadeiros guardiões, construtores e contadores das memórias de resistência neste País.

### **Reflexões sobre a importância das mulheres Avá-guarani nos processos de luta e resistência**

Refletir sobre a recente participação e trajetórias de mulheres Avá-Guarani nos ambientes universitários e também nos movimentos e organizações indígenas, nos provoca a compreender que tal presença é expressão das lutas e resistências históricas do povo Guarani, assim como de todos os demais grupos étnicos no Brasil e no restante do continente americano para reexistirem. Resistências e re-existências que também passam a ser reinventadas para se contrapor às históricas, genocidas e metabólicas ofensivas de expropriação empreendidas pelo modo de produção capitalista — com suas profundas marcas colonialista, patriarcal e racista — as quais estruturam a realidade brasileira (BARROSO, 2018).

A presença Avá-Guarani nas universidades públicas pode e deve revelar e dar visibilidade às narrativas de exploração e expropriação capitalista, mas também das diversas estratégias de resistências deste grupo étnico ao longo da história de contato e de colonização.

Nos relatos das acadêmicas e egressas Avá-Guarani entrevistadas, assim como das leituras que realizamos pela bibliografia e pelos documentos levantados, se apresenta evidenciada a importância da recuperação da memória de expropriação dos territórios Guarani pela empreitada capitalista colonialista ao longo dos séculos. O saque e expropriação dos territórios Guarani, extensivo em todo o cone sul continental, assim como a exploração da mão de obra para o trabalho braçal e exaustivo nas lavouras e nos engenhos, representou uma ruptura social brusca e violenta para esse grupo étnico.

Outrossim, o povo Guarani, sendo um dos grupos étnicos de maior densidade populacional indígena no Brasil, passa a construir estratégias de enfrentamento às forças colonizadoras e de resistência considerando que seus territórios originários estão presentes para além das fronteiras político-administrativas brasileiras.

Colman (2015) aponta que, para os Guarani, o território é caracterizado como espaço de comunicação, onde a possibilidade do Oguata, que na língua Guarani quer dizer “caminhar”, sendo parte fundamental do universo cultural deste povo (MELIÀ, 1989). Os conceitos de territorialidade e mobilidade espacial compõem a cosmologia Guarani. Para eles, terra/território é Tekoha, onde deve ser um lugar que seja possível bem viver, sendo

espaços significativos de resistência e ressignificação do modo de ser Guarani (BRIGHENTI, 2010).

Na contra visão deste modo de vida, o Estado brasileiro desenvolveu políticas assimilacionistas na intenção de integrar e “civilizar” os Guarani e outras populações indígenas à sociedade nacional, não os reconhecendo enquanto coletividades e habitantes originários de seus territórios tradicionais, na perspectiva de incorporação de seus territórios para os interesses capitalistas (OLIVEIRA; FREIRE, 2006). No entanto, esse processo de esbulho, expulsão e desmobilização territorial das populações Guarani não se efetivou, uma vez que continuaram com suas famílias extensas lutando pela ocupação e retomada de seus territórios tradicionais.

Carvalho (2019) evidencia que, na história da colonização na região oeste do Paraná, foram muitos os empreendimentos com o intento de expulsão do território ou usurpação de suas terras, seja por ervateiros e madeireiros, seja os praticados diretamente pelas agências governamentais, como por exemplo, o Parque Nacional do Iguaçu e a Usina Hidrelétrica de Itaipu. No entanto, a retomada de seus territórios originários pelos Guarani tem sido cada vez mais presente ao longo da história.

Com a instalação da Usina Hidrelétrica de Itaipu no início dos anos de 1980 ocupando aproximadamente 35 mil hectares, foram submersas nove comunidades indígenas na região, provocando a transferência compulsória de muitas famílias Guarani por meio de ações ilegais de agentes governamentais, sendo forçadas e obrigadas a deixarem suas terras de ocupação tradicional, por meio da violência física e da fraude documental. Eram levadas, espalhadas e abandonadas para as mais diversas regiões do país (CARVALHO, 2019).

Mesmo com esse processo de violenta expulsão, muitas famílias retornaram para a região após a instalação da hidroelétrica, passando a retomar seus territórios tradicionais, em acampamentos com precárias condições de vida. Tal precariedade, segundo Carvalho (2019), é consequência da absoluta falta de terras para as suas necessidades de sobrevivência física, social e cultural, sendo impedidos de viverem seus modos de vida conforme seus costumes e tradição, caracterizando uma forma de etnocídio.

Esta análise também é manifestada pelas mulheres Avá-Guarani entrevistadas<sup>7</sup> ao relatarem sobre a precariedade vivida em seus tekohás:

A comunidade onde eu vivo tem muita pouca terra, muito pouco espaço. Então, muitas vezes, os plantios tradicionais desenvolvem muito pouco, porque nós estamos ao redor da colônia e os colonos colocam muito veneno. Então até os

---

<sup>7</sup> Para a pesquisa foram entrevistadas cinco mulheres Avá-Guarani, sendo duas estudantes e três já egressas da educação superior, sendo estas últimas graduadas na área das licenciaturas e encontravam-se trabalhando na escola indígena. Todas elas são mães, sendo que duas delas vivenciaram a maternidade durante a graduação, têm o Guarani como língua materna sendo proficientes em suas comunidades. Por questões éticas e para preservar suas identidades, optamos por substituir seus nomes por outros da língua Guarani os quais possuem diferentes significados.

animais morrem porque comem milho envenenado, né. Então, isso é difícil para nós, as mulheres guerreiras, as mulheres Avá-Guarani, de manter a nossa tradição num espaço muito pequeno (Kunha Wera, entrevistada)

A nossa comunidade é muito grande, aproximadamente 900 pessoas, onde a terra é muito pequena, muito pouca (Kunha Takua, entrevistada).

Atualmente, são intensos e contínuos os esforços para a retirada dos indígenas desta região, seja por agentes da Itaipu Binacional, seja pelo poder político municipal. As comunidades Avá-Guarani são alvo de xenofobia, preconceito e discriminação por parte significativa da população regional (PEREIRA, 2021). Por meio dos relatos, foi possível observar que elas denunciam a falta de terra para sua existência e de seu povo.

Contudo, também é possível constatar um processo intenso e recente de mobilização, envolvimento e de organização próprio das mulheres Avá-Guarani, se posicionando em diversos espaços, inclusive por meio da liderança indígena. Apresentam-se conectadas e em diálogo com demais organizações de mulheres indígenas no país, com possibilidades de alcançar novos lugares de fala e de fortalecimento da sua presença e atuação.

Destacamos que as mulheres indígenas têm circulado em vários espaços públicos e políticos, no entanto, é recente sua organização no interior das instituições governamentais, reivindicando direitos fundamentais (BILAR, 2020). Segundo relatos das entrevistadas, atualmente, a maior dificuldade que encontram é de serem ouvidas, conseguirem se posicionar diante dos homens dentro de suas comunidades, terem que provar a todo tempo para eles que também são capazes, que o que desejam é somente partilhar e caminhar juntos, na luta para a existência de seus povos e comunidades. Tal manifestação pode ser constatada por uma das entrevistadas ao afirmar que:

na maioria das vezes nós mulheres indígenas não somos ouvidas dentro da comunidade, então essa é uma das dificuldades que temos que enfrentar dentro da terra indígena [...] ser mulher liderança, é enfrentar muita dificuldade para se impor, porque a maioria dos lideranças são homens; em uma reunião, por exemplo, uma mulher sozinha para ter voz e se impor perante eles, tem que se posicionar, ser forte e se colocar mesmo diante das situações e expor, mesmo que os lideranças homens não queiram, que suas ideias sejam discutidas (Kunha Yva'i, entrevistada).

Ao refletirmos sobre esse processo de participação, entendemos a importância do ingresso e da permanência na educação superior, tornando-se, muitas vezes, um espaço potencial de acesso a demais conhecimentos e de qualificação profissional.

Nesta perspectiva, é fundamental que cada universidade que recebe estudantes indígenas também possa se repensar do ponto de vista institucional, criando condições efetivas de permanência destes sujeitos no ambiente acadêmico, bem como de interculturalidade e de visibilidade afirmativa da presença indígena. A presença de indígenas na universidade interroga os currículos e a própria estrutura institucional na educação superior (AMARAL, 2019b).

Conforme refletem Amaral, Rodrigues e Bilar (2014) e Bilar (2020), a universidade se apresenta como um novo espaço de luta para muitas mulheres indígenas que, neste contexto, se apresentam como acadêmicas intelectuais e pesquisadoras de seus povos e de suas comunidades, construindo e reinventando seu duplo pertencimento — acadêmico e étnico-comunitário.

Outro aspecto importante a ser ressaltado nesse contexto, são as dificuldades que as mulheres indígenas encontram em conciliar a maternidade e a rotina de estudos que a universidade exige. Ser mãe e acadêmica acabam constituindo trajetórias historicamente desafiadoras. Isso se evidencia no relato das entrevistadas e também na experiência de maternidade da coautora deste texto enquanto acadêmica indígena na graduação e na pós-graduação.

Para quem tem filhos é difícil, não só no curso que estou, mas em todos os cursos. Para nós, mulheres, se torna mais difícil principalmente quando temos filhos porque temos que nos dividir nestas tarefas do dia a dia e dar conta do curso (Kunha Yva'i, entrevistada).

Ainda são expressivas as dificuldades enfrentadas pelas mulheres indígenas na luta para a conclusão da graduação. São desafios diários desde conciliar as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos até encarar as questões financeiras, pedagógicas, culturais, linguísticas e os preconceitos que aparecem no cotidiano.

Muitas das mulheres Avá-Guarani entrevistadas atuam ou desejam atuar como professoras nas escolas indígenas em suas comunidades. Assim como na universidade, a escola indígena também se tornou um lugar de luta e, ao mesmo tempo, um lugar de prestígio nas comunidades indígenas, fazendo com que muitas das professoras indígenas que ali trabalham se tornem, de alguma maneira, lideranças no espaço escolar, seja na produção de documentos ou na própria luta pela melhoria e valorização da educação escolar indígena.

Os relatos e as observações de campo realizadas evidenciam o papel de decisão final dos caciques nos territórios indígenas, mas os demais membros da comunidade ajudam nas decisões tomadas. Como foi explicitado pelas entrevistadas, os xamoi (líderes espirituais do povo Avá-Guarani) sempre ajudam os caciques a tomarem a melhor decisão possível, conduzindo as rezas, as danças, os cantos, sendo a *Opy*, a casa de reza, o lugar sagrado para esses encontros. Diante disso, é possível afirmar outro aspecto de suma importância para os Avá-Guarani: o fortalecimento de sua cultura.

Eu acredito que seja o costume, a dança, o canto, a língua, isso é mais importante na comunidade para não perdemos nossa identidade Ava-Guarani. Por exemplo, o canto de um xamoi Ava-Guarani não tem tradução, então essa é a coisa mais sagrada que nós temos dentro da comunidade, que ninguém pode traduzir. Na casa de reza, recebemos conselho, a alegria das crianças permanece ali dentro da casa de reza, dançando, aprendendo, convivendo com a comunidade, com o xamoi kuera, com os irmãos, com os pais. Então o mais importante da cultura Ava-Guarani são os cânticos, a língua, o costume de poder estar compartilhando tudo aquilo que conseguimos, mantendo a agricultura Guarani, a memória Guarani. Todos esses aspectos que nos mantém vivos até hoje para estar lutando por

nossos direitos e o direito das crianças dentro da educação (Kunha Takua, entrevistada).

Por fim, entendemos que vários são os aspectos que passam a caracterizar os percursos das mulheres Avá-Guarani, acadêmicas e egressas da educação superior, principalmente tendo como referência o seu duplo pertencimento acadêmico e étnico-comunitário. Revelam que sempre foram guardiãs e pilares da história do seu povo; que passam a se posicionar com firmeza e a ocupar diferentes espaços dentro e fora das suas comunidades; que são mães, professoras e pesquisadoras engajadas em lutar por melhores condições de vida; que contribuem organicamente com a organização da comunidade; que são mulheres que se inspiram e são inspiradas e, portanto, incentivam os jovens, abrindo novos horizontes, como por exemplo, para a entrada na universidade. Isso tudo sem deixarem de respeitar os mais velhos e a sua cultura, acima de tudo.

### **Considerações finais**

Este trabalho intencionou refletir sobre a participação das mulheres Avá-Guarani acadêmicas e egressas da educação superior no processo de resistência política desse grupo étnico, considerando seus percursos em diferentes espaços que passam a ser por elas ocupados, dentre eles, a universidade. O texto dialoga ainda com as vivências de uma das autoras deste texto, enquanto mulher e pesquisadora Kaingang, bem como a parceria autoral com um pesquisador não indígena, evidenciando não somente os resultados da pesquisa acadêmica, mas, sobretudo, o compromisso conjunto e constante para visibilizar afirmativamente as lutas dos povos indígenas dentro e fora da universidade. Texto que conflui vivências e diálogos que, junto com outros trabalhos desta temática, compõem novas narrativas de resistência dos povos indígenas neste país.

Contextualizamos e refletimos sobre a organização das mulheres indígenas e como elas vêm se destacando no movimento indígena brasileiro, dentro e fora das suas comunidades de pertencimento.

Além do movimento indígena contemporâneo, as mulheres Avá-Guarani passam a protagonizar as recentes políticas afirmativas dos povos indígenas na educação superior brasileira, destacando o ineditismo do Paraná por ser pioneiro a implantar uma política de ingresso e permanência em universidades públicas no país.

Apesar das fragilidades e desafios ainda existentes, é importante evidenciar o avanço das políticas educacionais voltadas aos povos indígenas, seja na educação básica e superior, abrindo possibilidades para diversos espaços profissionais, bem como provocando mudanças nas realidades e nos coletivos indígenas. A presença das mulheres indígenas nesse processo tem sido imprescindível no fortalecimento das suas identidades étnicas, suas culturas, suas línguas, costumes, crenças e, principalmente, das memórias ancestrais e na resistência dos seus povos e comunidades. Presença que denuncia, de forma coletiva, as diversas e históricas marcas da exploração capitalista sobre os povos indígenas seja pela constante usurpação dos seus territórios, seja pelas expressões patriarcais, machistas e racistas que insistem em desqualificar estas e estes sujeitos.

A partir das incursões realizadas nos *tekohas* da região oeste do Paraná e ao sermos acolhidos pelas mulheres Avá-Guarani, podendo observá-las e ouvir as suas vozes, principalmente das entrevistadas, constatamos e vivenciamos o desafio por elas vivenciados, assim como a sua bravura.

Ser mulher Avá-Guarani, sobretudo em uma região em constante conflito por questões fundiárias, é um grande desafio. Elas são mães, sábias, protetoras, guardiãs das suas famílias extensas e das suas comunidades. São mulheres que lutam diariamente para manterem e afirmarem sua cultura, seu modo de ser, para serem ouvidas, assumindo, cada vez mais, seu papel como lideranças e reivindicando políticas específicas. Ocupam espaços nas organizações e no movimento indígena sem deixar de serem sensíveis, acolhedoras e participativas, respeitando os conhecimentos dos mais velhos e, ao mesmo tempo, incorporando a tecnologia como ferramenta na luta do seu povo.

Mulheres Avá-guarani que lutam pelo ingresso e permanência na educação superior pública e, conseqüentemente, por formação profissional. Mulheres que lutam pela educação escolar indígena bilíngue, intercultural, diferenciada, específica e comunitária, envolvendo toda a comunidade a fazer parte desse espaço. Mulheres que sentem orgulho do seu pertencimento étnico, que afirmam e valorizam sua identidade, sua cultura e sua língua, carregando sua espiritualidade, seu pertencimento acadêmico, profissional e étnico-comunitário onde estiverem.

## Referências

AMARAL, Wagner R. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. 2010. 594 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010. Disponível em: [http://www.ppge.ufpr.br/teses%20d2010/d2010\\_Wagner%20Roberto%20do%20Amaral.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/teses%20d2010/d2010_Wagner%20Roberto%20do%20Amaral.pdf). Acesso em: 15 mar. 2022.

AMARAL, Wagner R. A Comissão Universidade para os Índios (CUIA) do Paraná: uma experiência inédita de ação interinstitucional de política pública de educação superior indígena no Brasil. In: MATO, D. (org.). **Educación superior y pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina: colaboración intercultural: experiencias y aprendizajes**, Sáenz Peña: Universidad Nacional Tres de Febrero. 2019a.

AMARAL, Wagner R. Política afirmativa dos povos indígenas: desafios e possibilidades na educação superior pública. In: BERGER, William (org.). **No olho do furacão: populações indígenas, lutas sociais e serviço social em tempos de barbárie**. Vitória: Editora Milfontes, Rio de Janeiro, 2019c.

AMARAL, Wagner R. A presença indígena e afrodescendente interroga a educação superior e possibilita o enfrentamento ao racismo! **Colección Apuntes**, n. 4, Cátedra UNESCO Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina, UNTREF, 2019b. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1gadDP4PrO5BTtBoqDIKLQNoRhtAZirG8/view>. Acesso em: 18 fev. 2021.

AMARAL, Wagner R.; BILAR, Jenifer. A. B. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, p. 180–195, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52013/34470>. Acesso em: 10 maio 2022.

AMARAL, Wagner R.; ICHIKAWA, Elisa Y. (org.). **Conflitos e resistências para a conquista e demarcação de terras indígenas no oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.

AMARAL, Wagner R.; RODRIGUES, Michele A.; BILAR, Jenifer A. Os circuitos de trabalho indígena: possibilidades e desafios para acadêmicos e profissionais Kaingang na gestão das políticas públicas. **Mediações**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 129-145, jul./dez. 2014.

ANMIGA. **Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade**. Disponível em: <https://anmiga.org>. Acesso em: 10 maio 2022.

BARROSO, Milena F. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 446-462, set./dez. 2018.

BILAR, Jenifer A. B. **As trajetórias dos indígenas assistentes sociais no Paraná ou assistentes sociais indígenas?** Desafios e perspectivas para o exercício profissional. 2020. 201 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

BRIGHENTI, Clovis A. **Estrangeiros na Própria Terra: Presença Guarani e Estados Nacionais**. Chapecó-Florianópolis: Argos; Ed. da UFSC, 2010.

CARVALHO, Maria Lucia. Os Guarani da tríplice fronteira, Brasil Paraguai e Argentina: os direitos às terras, à mobilidade espacial por entre as fronteiras e à cidadania. In: AMARAL, Wagner R. do; ICHIKAWA, Elisa Y. (org.). **Conflitos e Resistências para a Conquista e Demarcação de Terras Indígenas no Oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani**. 1 ed. Atena Editora-Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/11/E-book-Conflitos-e-Resistencia-para-a-Conquista-e-Demarcacao-de-Terras-Indigenas-no-Oeste-do-Parana.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

CUIA. Comissão Universidade para os Índios. **Relatório de Estudantes Indígenas e CUIA Estadual: matriculados e formados até 2019**. Curitiba, 2019. Disponível em: [http://www.seti.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-](http://www.seti.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-)

03/relatorio\_vestibular\_indigena.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

COLMAN, Rosa S. **Guarani retã e mobilidade espacial guarani**: belas caminhadas e processos de expulsão no território guarani. 2015. Tese (Doutorado em Demografia) Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

LUCIANO, Gersem J. dos S. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

LUCIANO, Gersem J. dos S.; AMARAL, Wagner R. Povos indígenas e educação superior no Brasil e no Paraná: desafios e perspectivas. **Integración y Conocimiento**: Córdoba, v.2, n.10, p.13-37, 2021. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/integracionyconocimiento/article/view/34069>. Acesso em: 15 abr. 2022.

MATOS, Maria Helena O. Mulheres no movimento indígena: do espaço da complementariedade ao lugar da especificidade. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia M. (org.). **Gênero e povos indígenas**. Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/GIZ/Funai, 2012.

MELIÁ, Bartolomeu. Desafios e tendências na alfabetização em língua indígena. In: EMIRI, Loretta; MONSERRAT, Ruth. (org.). **A conquista da escrita**: encontros de educação indígena OPAN. São Paulo: Iluminuras; Opan, 1989. p.9-16.

OLIVEIRA, João P.; FREIRE, Carlos A. R. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

PEREIRA, Gilza F. S. F. **Mulheres Avá-Guarani no Oeste do Paraná**: a educação superior indígena enquanto espaço de resistência. 2021. 139f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2021.

PEREIRA, Gilza F. S. F.; AMARAL, Wagner R. Relatando uma experiência de pesquisa e de luta no movimento social indígena, vivenciada por uma estudante indígena na pós-graduação. In: AMARAL, Wagner R.; ICHIKAWA, Elisa Y. (org.). **Conflitos e resistências para a conquista e demarcação de terras indígenas no oeste do Paraná**: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.

PINTO, Alejandra A. Reinventando o feminismo: as mulheres indígenas e suas demandas de gênero. In: FAZENDO GÊNERO 9: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, p. 1-10, 23-26 ago. 2010. Disponível em:

[http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1276200140\\_ARQUIVO\\_ApresentFazendoGeneroAleword.pdf](http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1276200140_ARQUIVO_ApresentFazendoGeneroAleword.pdf). Acesso em: 18 fev. 2020.

SILVA, Elizangela C. A. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 133, p. 480-500, set./dez. 2018.

TUKANO, Nayara. **Mulheres indígenas na liderança**: das Margens para dentro. São Paulo, dezembro de 2018, n. 268. Disponível em [https://www.sescsp.org.br/online/artigo/12813\\_MULHERES+INDIGENAS+NA+LIDERANCA](https://www.sescsp.org.br/online/artigo/12813_MULHERES+INDIGENAS+NA+LIDERANCA). Acesso em: 11 mar. 2020.

VERDUM, Ricardo (org.). **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília: INESC, 2008. 87 p.

*Submetido em: 19/5/2022*

*Revisto em: 2/6/2022*

*Aceito em: 23/5/2022*